

SILENCIAR PARA SEGUIR: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE CONSERVADORISMO

LIMA, I. G.¹; SILVA, M. F. C.²

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ianagomesdelima@gmail.com

² Universidade Federal de Santa Catarina, mfcxss@gmail.com

Palavra-chave: Controle do trabalho docente; Conservadorismo; Subjetivação.

Nos últimos anos, as escolas públicas têm sofrido duros ataques (Miguel, 2016; Penna, 2017). Movimentos conservadores, como o Escola sem Partido (EsP), organizaram ataques que incitam a denúncia de docentes, orquestrando um cenário de desconfiança que favoreceu a proliferação de políticas de controle do trabalho docente. Na pesquisa intitulada “O avanço conservador na educação: como comunidades escolares articulam discursos hegemônicos conservadores”, financiada pelo CNPq, entrevistou-se 75 pessoas, entre docentes, gestores/as e familiares de cinco cidades: Brasília/DF, Florianópolis/SC, Jaboatão dos Guararapes/PE, Porto Alegre/RS e Salvador/BA. Por meio de entrevistas semiestruturadas, identificou-se que um dos efeitos do conservadorismo na educação foi o estabelecimento de uma autocensura dos/as docentes e a incorporação da neutralidade como um discurso pedagógico. O objetivo deste trabalho é analisar esses dois efeitos do conservadorismo no trabalho docente. Metodologicamente, as entrevistas foram analisadas por meio da análise temática (Braun; Clarke, 2006) e da análise relacional (Apple, 2006). Com essas lentes, construiu-se 11 temas e dois temas transversais: autocensura e neutralidade. Eles se manifestam em diversos temas como a agenda antigênero, o trabalho com questões étnico-sociais, pautas religiosas, etc. A autocensura, consequência direta do ideário conservador sobre a escola, se manifesta quando os/as educadores evitam e/ou interditam determinados assuntos e conhecimentos por medo de represálias. Além disso, ela ocorre quando o/a docente é interpelado/a pelo ideário conservador e passa a aceitar que determinados conhecimentos ou temas são demasiadamente polêmicos, ou inadequados para serem trabalhados na escola, ou mesmo que dizem respeito ao que seria apenas do foro familiar. Por sua vez, a neutralidade aparece em relação à imparcialidade do trabalho pedagógico. Advogam que docentes não devem influenciar estudantes com suas perspectivas ideológicas, que a escola não pode discutir temas controversos (como é o caso de gênero, sexualidade, raça, diversidade religiosa, questões políticas) e/ou que suplantam o que é definido pela família. Ela também aparece associada à ideia de cientificidade e/ou como um elemento que confere qualidade à educação, sustentando a noção de que é possível transmitir conhecimentos de forma asséptica e de que temas “polêmicos” devem ser excluídos. A análise das entrevistas revela que docentes e



gestores/as escolares não apenas reconheceram a pressão externa, mas produziram novas subjetividades (Ball, 2014). Os discursos hegemônicos foram internalizados, modificando sua prática pedagógica. A desconfiança sobre o trabalho docente resultou em mecanismos como a autocensura e a defesa da neutralidade, muitas vezes entendida como um imperativo ético ou científico. Nesse processo, a subjetivação das críticas transforma-se em uma vigilância de si por parte dos/as docentes. A autocensura e a neutralidade devem ser compreendidas como estratégias defensivas nesse contexto de vigilância e hostilidade (Human Rights Watch, 2022). Essas práticas apontam para a resignação dos/as docentes frente aos discursos conservadores, um processo de aquiescência, de aceitação prática daquilo que não se consegue combater isoladamente. Mesmo reconhecendo que há prejuízo na formação dos/das estudantes, muitos docentes consideram que silenciar e manter-se “neutro/a” é uma estratégia de sobrevivência — mesmo tensionando compromissos ético-políticos.

Agradecimentos: CNPq, CAPES and FAPERJ.

